
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N N° 08, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Institui as diretrizes, os critérios, as normas, os procedimentos operacionais e estabelece o número de vagas a serem ofertadas pelo programa CNH Social para o ano de 2026.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESPÍRITO SANTO - DETRAN|ES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso I, alínea "a" do Decreto N.º 593-N, de 28/01/2000, publicado em 28.12.2001, e o artigo 5º da Lei Complementar N.º 226/2002, publicada no Diário Oficial do Espírito Santo (DIO/ES) em 18/01/2002;

CONSIDERANDO as atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 9.665/2011, alterada pela lei nº 10.786/2017, de 19 de dezembro de 2017, e regulamentada pelo Decreto nº 4.223-R, de 06 de março de 2018, publicado em 07.03.2018; e pelo Decreto 4423-R, de 02 de maio de 2019, publicado

em 03.05.2019;

CONSIDERANDO a Resolução Contran nº 1.020/2025, de 1º de Dezembro de 2025, que normatiza os procedimentos sobre a aprendizagem, a habilitação e a expedição de documentos de condutores e o processo de formação do candidato à obtenção da habilitação;

CONSIDERANDO a Resolução nº 923, do Contran, de 28 de março de 2022, e suas alterações, que dispõe sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção, em amostra queratínica, para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer a normatização do processo de formação, qualificação e habilitação profissional de condutores do programa CNH Social criado pelo Governo do Espírito Santo;

CONSIDERANDO a alteração do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) por meio da Lei nº 15.153/2025, de junho de 2025, para permitir o custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda com receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir as diretrizes, os critérios, as normas e os procedimentos operacionais necessários ao funcionamento do programa Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, bem como, estabelecer o número de vagas anual para os beneficiários do presente programa, respeitada a disponibilidade financeira e orçamentária do Detran|ES.

**Título I
Das Diretrizes**

Art. 2º O programa CNH Social irá disponibilizar, no ano de 2026, 9.000 (nove mil) vagas para atender a todo o Espírito Santo, em uma única chamada. Serão disponibilizadas 1.000 (mil) vagas para o curso especializado anual.

**Título II
Da Inscrição**

Art. 3º Serão disponibilizadas, de imediato, 9.000 (nove mil) vagas para o programa CNH Social.

Art. 4º O período de inscrição no programa será entre os dias 16 de março de 2026 (a partir das 12h) e 31 de março de 2026 (até as 23h59).

Art. 5º As inscrições deverão ser feitas exclusivamente pelo site www.detran.es.gov.br;

I. Serão considerados os cadastros ativos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) aqueles lançados na Base Nacional do Cadastro até o dia 13 de fevereiro de 2026;

II Para deferimento da inscrição o candidato deverá atender ao disposto nos arts. 3º e 4º da Lei 9.665/2011;

III O candidato deverá acessar o site do Detran|ES, na opção CNH Social, e inserir as seguintes informações:

- a. Número de CPF;
- b. Data de Nascimento;
- c. Nome do candidato;
- d. E-mail e telefone;
- e. Município de residência;
- f. Pessoas com Deficiência (PCD);
- g. O candidato deverá selecionar a categoria desejada, entre as seguintes opções;
- h. Primeira Carteira Nacional de Habilitação (CNH) - categoria B

i. Adição das categorias A ou B;

j. Mudança para categorias D ou E.

§1º O programa CNH Social não contempla Renovação de CNH Social e a emissão de CNH DEFINITIVA.

§2º O candidato e/ou condutor contemplado na categoria selecionada no momento da inscrição não poderá solicitar posteriormente alteração de categoria.

§3º Após o preenchimento das 1.000 (mil) vagas no curso especializado, novos condutores somente poderão se matricular na próxima edição, no ano seguinte, desde que atendam aos requisitos exigidos pelo programa.

Título III

Da Seleção

Art. 6º Os candidatos que tiverem a inscrição homologada serão selecionados segundo os critérios previstos no Art. 4º do Decreto Estadual Nº 4423-R de 03/05/2019, conforme segue:

I. Menor renda per capita;

II. Maior número de componentes no grupo familiar;

III. Candidatos com Ensino Fundamental completo;

IV. Beneficiário do Bolsa Família;

V. Data e hora de inscrição.

§1º. O candidato à obtenção do benefício da gratuidade previsto na Lei Nº 9.665 de 2011 deverá preencher os seguintes requisitos mínimos:

I. Ser penalmente imputável (ter 18 anos);

II. Saber ler e escrever;

III. Possuir CPF e Carteira de Identidade ou equivalente;

IV. Comprovar domicílio ou residência no Espírito Santo;

V. Não estar judicialmente impedido de possuir a CNH;

VI. Estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

VII. Possuir renda familiar de até 02 (dois) salários mínimos;

VIII. Não possuir deficiência que impeça a obtenção da CNH. Em caso de vacância das vagas reservadas, estas serão revertidas para a ampla concorrência.

§2º. Não será permitida a inscrição ou conclusão do processo de habilitação CNH SOCIAL dos candidatos que tenham as restrições abaixo em seu Prontuário:

I. Já ter sofrido uma penalidade de Cancelamento de Permissão;

II. Já ter sofrido uma penalidade de Cassação de CNH;

III. Já ter sofrido uma penalidade de Suspensão de CNH;

IV. O Candidato não pode ter bloqueio ativo;

V. Ter multa grave ou gravíssima.

Art.7º Ficam reservados 10% das vagas (900 vagas) da presente fase do programa para alunos matriculados na rede pública estadual de ensino e que comprove bom desempenho escolar, que atendam aos requisitos previstos neste artigo, quais sejam:

a. Ser devidamente matriculado nas aulas de educação para o trânsito na forma de disciplina eletiva ou extracurricular;

b. Residir no Espírito Santo;

c. Atender aos requisitos impostos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e demais normativas que o regulamentem;

d. Atender aos demais requisitos de seleção do programa CNH Social, no que couber.

§ 1º. A manifestação de interesse nas vagas

Vitória (ES), segunda-feira, 16 de Março de 2026.

destinadas aos alunos da rede pública estadual deverá ser realizada pelo interessado junto à Secretaria Escolar a qual remeterá listagem dos candidatos ao Detran|ES.

§ 2º. A listagem recepcionada pelo Detran|ES será aceita até o limite de vagas disponíveis ao segmento específico, sendo utilizado como critério de desempate os mesmos previstos nesta Instrução de Serviço para o público geral, no que couber.

§ 3º. Em caso de vacância das vagas reservadas, estas serão revertidas para a ampla concorrência.

Art. 8º ficam reservados 5% das vagas (450 vagas) da presente fase do programa para as pessoas com deficiência que residem no ES, que atendam aos requisitos previstos no edital.

§ 1º Para candidatos que se declararem PCD, o sistema realizará o reconhecimento da deficiência conforme registro no Cadastro Único.

Parágrafo Único Entre os candidatos que se declararem PCD, somente serão contemplados aqueles cujo a deficiência não impeça a obtenção da CNH, na forma da legislação de trânsito vigente.

Art. 9º Considerando que as inscrições acontecerão no mês de março se reveste de elevada relevância histórica e social por representar a trajetória de lutas, conquistas e avanços alcançados pelas mulheres ao longo do tempo, bem como por reafirmar a permanente busca pela efetiva igualdade de direitos e oportunidades, ficam reservados 5% das vagas (450 vagas) da presente fase do programa para as mulheres quilombolas, 5% das vagas (450 vagas) da presente fase do programa para as mulheres que são pescadoras artesanais, e 5% das vagas (450 vagas) da presente fase do programa para as mulheres da agricultura familiar, que residem no ES, que estão inscritas no CADÚNICO do ES e que atendam aos requisitos previstos no edital.

§ 1º. A listagem recepcionada pelo Detran|ES será aceita até o limite de vagas disponíveis ao segmento específico, sendo utilizado como critério de desempate os mesmos previstos nesta Instrução de Serviço para o público geral, no que couber.

§ 2º. Em caso de vacância das vagas reservadas, estas serão revertidas para a ampla concorrência.

Art. 10º Considerando a distribuição estatística das vagas:

I. 40% - Primeira Habilitação (3.600 vagas): para categoria B.

II. 20% - Adição de categoria (1.800 vagas): Sendo 900 vagas para categoria A e 900 vagas para categoria B.

III. 40% - Mudança de categoria D/E (3.600 vagas).

Art. 11º A relação final dos 9.000 (nove mil) selecionados para o programa CNH Social será disponibilizada exclusivamente por meio eletrônico no site www.detran.es.gov.br, a partir das 12h do dia 16 de abril de 2026, contudo, para facilitar a abertura do processo, será dividida em três lotes, sendo ofertadas 3 mil vagas por lote:

§ 1º A matrícula do lote 01 se dará entre os dias 16 de abril de 2026 (a partir das 12h) e 02 de maio de 2026 (até as 23h59);

§ 2º A matrícula do lote 02 se dará entre os dias 16 de junho de 2026 (a partir das 12h) e 02 de julho de 2026 (até as 23h59);

§ 3º A matrícula do lote 03 se dará entre os dias 16 de agosto de 2026 (a partir das 12h) e 02 de setembro de 2026 (até as 23h59);

§ 4º A lista de suplência para preenchimento das vagas não ocupadas pelas pessoas selecionadas será

divulgada no dia 01 de novembro de 2026 (a partir das 12h), devendo o selecionado realizar matrícula on-line no site www.detran.es.gov.br entre os dias 01 de novembro de 2026 (a partir de 12h) e 15 de novembro de 2026 (até as 23h59);

Título IV

Do Processo de Habilitação

Art. 12º Os selecionados de acordo com os critérios de classificação deverão realizar sua matrícula na seguinte forma:

§ 1º Os selecionados compostos pelos 9.000 (nove mil) candidatos deverão realizar matrícula entre os dias:

§ 2º A matrícula do lote 01 se dará entre os dias 16 de abril de 2026 (a partir das 12h) e 02 de maio de 2026 (até as 23h59);

§ 3º A matrícula do lote 02 se dará entre os dias 16 de junho de 2026 (a partir das 12h) e 02 de julho de 2026 (até as 23h59);

§ 4º A matrícula do lote 03 se dará entre os dias 16 de agosto de 2026 (a partir das 12h) e 02 de setembro de 2026 (até as 23h59);

§ 5º É vedada a contemplação de mais de um membro do mesmo núcleo familiar;

I - Serão considerados de um mesmo núcleo familiar as pessoas que possuam endereço idêntico, de acordo com o cadastro mantido no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

§ 6º O núcleo familiar já contemplado com a Primeira Habilitação só poderá ser novamente contemplado nas outras modalidades do programa CNH Social (Adição, Mudança de Categoria ou Cursos Especializados).

Art. 13º O candidato selecionado no programa deverá acessar o site www.detran.es.gov.br e, na opção CNH Social, preencher os requisitos solicitados para ter acesso à informação de qual Centro de Formação de Condutores (CFC) realizará a abertura do seu processo de habilitação junto ao sistema RENACH, bem como os documentos necessários que deverá providenciar;

§ 1º Após a publicação da relação final dos selecionados, o candidato à Habilitação deverá obedecer aos prazos constantes no art. 11º desta Instrução de Serviço, ocasião em que será feita a distribuição equitativa para os CFCs;

I - Após matrícula on-line o candidato terá 15 (quinze) dias (**corridos**) para procurar o CFC, presencialmente, e concluir a abertura do RENACH;

§ 2º É de inteira responsabilidade dos candidatos o acompanhamento das publicações, cumprimento dos prazos estabelecidos e a manutenção de seus dados atualizados, sob pena de ser considerado desistente do processo e perder o benefício;

§ 3º É de responsabilidade dos CFCs orientar os selecionados em relação ao cumprimento dos prazos e etapas do processo de habilitação, conforme segue:

I - Após abertura do RENACH, o candidato terá 30 (trinta) dias (**corridos**) para realização da biometria, exame médico e psicológico e exame toxicológico para as categorias "D e E";

II - Devendo realizar os referidos exames somente nas credenciadas direcionadas.

§ 4º Os processos de Primeira Habilitação, Adição ou Mudança de Categoria deverão ser concluídos dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da abertura do processo no CFC;

§ 5º Em caso de resultado positivo no exame toxicológico, o condutor terá direito à contraprova, a qual deverá ser analisada pelo mesmo laboratório

responsável pela análise da amostra original, sendo obrigatória a emissão de laudo conclusivo, positivo ou negativo;

§ 6º Em caso que o candidato for contemplado e não realizou a matrícula pelo site do Detran|ES será desclassificado, perderá o benefício e ficará impedido de realizar nova inscrição no programa CNH Social pelo período de 03 (três) anos;

§ 7º Não respeitados os prazos estabelecidos nesta Instrução de Serviço, o candidato será desclassificado, perderá o benefício e ficará impedido de realizar nova inscrição no programa CNH Social pelo período de 05 (cinco) anos;

§ 8º Em casos excepcionais no qual o candidato não consiga concluir o processo de habilitação no prazo de 12 (doze) meses a contar da data da abertura do processo no CFC, poderá solicitar por requerimento a análise de prorrogação do benefício, que será analisado pela Coordenação de CNH Social do Detran|ES. O requerimento deverá ser feito por meio eletrônico, através do sistema e-Docs: <http://e-docs.es.gov.br> - setor CNH Social;

§ 9º Em casos que o candidato for impossibilitado, por motivos de saúde, devidamente comprovados, de cumprir os prazos estabelecidos, poderá solicitar por requerimento a análise de prorrogação do benefício, que será analisado pela Coordenação de CNH Social do Detran|ES. O requerimento deverá ser feito por meio eletrônico, através do sistema e-Docs: <http://e-docs.es.gov.br> - setor CNH Social;

§ 10º No caso de desclassificação do candidato, o Detran|ES convocará os candidatos suplentes na data prevista no art. 8º, §2º, em ordem classificatória, para realização de matrícula e ingresso no programa.

§ 11º Em casos excepcionais no qual o candidato necessite realizar a transferência de CFC, poderá solicitar por requerimento a análise de transferência do benefício, que será analisado pela Coordenação de CNH Social do Detran|ES. O requerimento deverá ser feito por meio eletrônico, através do sistema e-Docs: <http://e-docs.es.gov.br> - setor CNH Social; e-mail: cnhsocial@detran.es.gov.br ou WhatsApp: (27) 99982-5821.

§ 12º Não será autorizado a transferência de CFC entre os municípios da Grande Vitória, devido a distância, visto a ampla mobilidade urbana.

Art. 14º O CFC informará ao candidato selecionado as agências do Detran|ES com captura biométrica disponíveis, bem como a clínica da rede credenciada do Detran|ES que for selecionada, conforme distribuição equitativa e automática realizada pelo sistema SIT RENACH;

§ 1º Caso seja direcionado para um posto de coleta em outro município a Coordenação de CNH Social do Detran|ES poderá redirecioná-lo para uma agência em seu município de residência.

Art. 15º O CFC escolhido equitativamente pelo sistema de habilitação deverá fazer o agendamento das aulas práticas, bem como o cadastro de todas as aulas aplicadas, inclusive as aulas extras do curso prático para o reteste que é concedido ao candidato pelo programa CNH Social.

Art. 16º As aulas teóricas não serão custeadas, em hipótese alguma, quando realizadas por meio de Centro de Formação de Condutores (CFC) para os candidatos selecionados a partir de 16 de abril de 2026. Para esses candidatos, o curso teórico será disponibilizado exclusivamente por meio da plataforma on-line da SENATRAN, não sendo permitida a realização do curso teórico na modalidade presencial.

§ 1º Os candidatos selecionados no edital de 2025 que, até 16 de março de 2026, já tenham **iniciado** e estejam com as aulas teóricas em andamento, poderão concluir o curso conforme o modelo anterior, seja na modalidade on-line ou presencial, conforme executado pelos CFCs.

§ 2º Os candidatos selecionados no edital de 2025 que, até 16 de março de 2026, não tenham iniciado as aulas teóricas, deverão realizar o curso exclusivamente pela plataforma on-line da SENATRAN, não sendo permitido o custeio ou realização do curso por meio de CFC.

Art. 17º Em conformidade com a RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 1.020, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2025, para a primeira habilitação e adição de categoria, serão ofertadas ao candidato 2 (duas) aulas práticas iniciais.

Após o cumprimento dessas aulas, o candidato poderá realizar a prova prática.

§ 1º Caso o candidato que não se sente seguro para realizar a prova prática após as aulas iniciais, deverá preencher declaração datada e assinada, solicitando a realização de 5 (cinco) aulas práticas adicionais antes do exame.

§ 2º Em caso de reprovação ou transferência, após o lançamento do resultado no SIT, será autorizado a realização de 5 (cinco) aulas práticas extras.

§ 3º ocorrendo nova reprovação, após o lançamento do resultado no SIT, será novamente autorizado a realização de 5 (cinco) aulas práticas extras. Concluídas as aulas, o candidato deverá realizar a nova prova prática.

§ 4º O quantitativo máximo de aulas práticas permitidas para candidatos da primeira habilitação e adição de categoria, considerando todas as hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, é de 12 (doze) aulas práticas.

Os beneficiários que ingressaram em etapas anteriores à publicação da presente Instrução de Serviço e que já tenham realizado 12 (doze) aulas ou mais não terão direito à concessão de aulas adicionais.

§ 5º Para a mudança de categoria D ou E, conforme a Resolução CONTRAN nº 1.020/2025, serão ofertadas ao candidato 10 (dez) aulas práticas. Após concluí-las, o candidato poderá realizar a prova prática.

§ 6º Em caso de reprovação ou transferência na mudança de categoria D ou E, após o lançamento do resultado no SIT, será autorizado a realização de 2 (duas) aulas práticas extras, respeitando-se também o limite máximo de 12 (doze) aulas práticas previstas para o programa.

Art. 18º O CFC deverá agendar e encaminhar os candidatos aos exames teóricos e práticos, de acordo com as datas e condições estabelecidas pelo Detran|ES, ou entidade por este autorizada; sendo facultado ao próprio candidato, uma vez concluída a carga horária do curso teórico, realizar o agendamento do exame teórico-técnico, de forma eletrônica, pelo site www.detran.es.gov.br, na aba do programa CNH Social.

§ 1º O CFC será responsável pela marcação do exame prático, após a conclusão da carga horária exigida, bem como o envio, via sistema, do processo RENACH para emissão da CNH, de acordo com os prazos estabelecidos nas Instruções de Serviço N nº 194/2018 e nº 182/2017, bem como suas alterações.

Art. 19º No âmbito do Programa CNH SOCIAL o candidato tem direito ao total de 03 (três) ocorrências de reprovações/cancelamento/transferências,

considerando tanto a prova teórica quanto a prova prática. No caso de o candidato reprovar/cancelar/transferir a prova prática, não tendo nenhuma reprovação anterior na prova teórica, fará jus a 2(dois) retestes práticos, custeados pelo programa, com direito a 05(cinco) aulas práticas extras, sendo 1(uma) aula para cada reteste, quando houver nova reprovação ou transferência.

O programa custeará, no máximo, 2(dois) retestes, sejam eles teóricos ou práticos.

§1º Em caso de falta em qualquer exame, o candidato deverá emitir a guia de reteste (teórico ou prático), realizar o pagamento da taxa correspondente e agendar um novo exame.

§2º O Programa CNH Social não cobre a taxa de faltoso. Assim, em caso de falta, o candidato deverá arcar integralmente com os custos da atividade, sejam eles referentes a aula teórica, prova teórica, aula prática ou prova prática.

§3º Conforme a Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, de forma geral, o candidato pode ser reprovado 1 (uma) vez na prova teórica, 1 (uma) vez na prova prática da categoria A e 1 (uma) vez na prova prática da categoria B.

Parágrafo Único.

O descumprimento dos prazos estabelecidos implicará o cancelamento do processo do Programa CNH Social, permanecendo, contudo, o RENACH válido.

Art. 20º A mudança ou migração do candidato para outro CFC só poderá ser feita após análise da coordenação CNH SOCIAL.

§ 1º Os candidatos poderão solicitar transferência de Centro de Formação de Condutores mediante envio de Cadastro de Atualização do CadÚnico via whatsapp (27 99982-5821) ou E-docs (Caixa CNH Social);

§ 2º Não será permitida a mudança ou migração do candidato PCD para outro Centro de Formação de Condutores. Casos excepcionais serão analisados pela Coordenação de CNH Social do Detran|ES. O requerimento deverá ser feito por meio eletrônico, através do sistema e-Docs: <http://e-docs.es.gov.br> - (Caixa CNH Social), e-mail cnhsocial@detran.es.gov.br ou via whatsapp (27 99982-5821), devendo ser solicitado pelo beneficiário ou pela empresa onde estiver vinculado. Caso haja o descumprimento desta cláusula, a empresa será desligada do programa CNH Social, sendo aberto Procedimento Disciplinar em desfavor da credenciada.

Título II

Das Diretrizes dos Cursos Especializados

Art. 21º Serão oferecidos Cursos Especializados e Atualização de Cursos Especializados para Condutores, nos termos da Resolução nº 789/2020, do Contran, e suas alterações, por meio do programa CNH Social.

Art. 22º O condutor que desejar se inscrever em Curso Especializado para Condutores ou Atualização deverá atender aos critérios abaixo:

- I. Ser maior de 21 (vinte e um) anos;
- II. Estar com a CNH válida;
- III. Ter tido sua última CNH emitida com o benefício CNH Social, salvo nos casos de emissão de segunda via de CNH e CNH Definitiva;
- IV. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 (doze) meses;
- V. Não estar cumprindo pena de Suspensão do Direito de Dirigir ou Cassação da CNH.
- VI. Não ter o cancelamento de Permissão no ato da

inscrição.

Art. 23º O condutor que atender aos requisitos do artigo 17 poderá ser matriculado em 01 (um) Curso Especializado ou Atualização de Curso Especializado para condutores, conforme sua escolha, de forma gratuita, sendo eles:

- a) Condutor de transporte escolar;
- b) Condutor de transporte coletivo de passageiros;
- c) Condutor transporte de produtos perigosos;
- d) Condutor de transporte de veículos de emergência;
- e) Condutor de transporte de cargas indivisíveis;
- f) Mototáxi e Motofrete.

Art. 24º Serão contempladas com os cursos especializados, um curso por RENACH, pessoas que passaram pelos processos de Mudança de Categoria (D e E).

§1 O candidato tem o prazo de dois anos após a mudança de categoria para realizar a matrícula e concluir o curso especializado;

§2 O candidato contemplado na Primeira Habilitação ou Adição na categoria "A", após 02 (dois) anos da CNH emitida, terá prazo de 12 (doze) meses para solicitar um dos cursos de moto táxi ou de moto frete;

§3 O candidato tem direito ao total de 01 (uma) reprovação;

§4 O programa CNH Social não contempla a taxa de faltoso, ou seja, em caso de falta, o candidato arcará com as custas da aula e prova.

Art. 25º O condutor poderá comparecer, pessoalmente, em qualquer empresa credenciada para ministrar Curso Especializado para Condutores, a fim de fazer a inscrição no curso de sua escolha, desde que a empresa tenha feito adesão ao programa CNH Social.

Título V

Das Disposições Gerais

Art. 26º Caso a empresa credenciada selecionada seja desligada do programa CNH Social, os candidatos distribuídos para a referida empresa serão direcionados para outra empresa, observado o critério de distribuição equitativa, a fim de permitir a conclusão do processo de habilitação.

Art. 27º O candidato se responsabilizará administrativa, civil e criminalmente pela veracidade das informações e documentos apresentados, podendo implicar na caracterização do crime previsto no Art. 299 do Código Penal.

Art. 28º Não será permitido durante a operação do processo de habilitação dos candidatos contemplados, (salvo nos casos descritos no edital), a cobrança de qualquer valor dos beneficiários por parte das credenciadas do Detran|ES que aderirem ao Programa.

Art. 29º Constatada a cobrança indevida de valores dos beneficiários, por parte das empresas, ocorrerá seu desligamento do programa CNH Social, em procedimento sumaríssimo.

Art. 30º Não será permitida a mudança do processo de habilitação do candidato para outro Estado da Federação, sob pena de perda do benefício e do não recebimento da Permissão Para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação, que somente poderão ser emitidas pelo Estado do Espírito Santo.

Art. 31º É de responsabilidade do candidato o custeio do transporte para a realização do processo de habilitação CNH SOCIAL.

Art. 32º Os casos omissos serão analisados pela

Coordenação de CNH Social do Detran|ES em conjunto com a Gerência de Habilitação do Detran|ES, possibilitando, em qualquer caso, recurso ao Diretor de Habilitação e Veículos do Detran|ES.

Art. 33º Os horários de atendimento da Coordenação de CNH Social do Detran|ES são: de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 17h.

Os meios de contato da Coordenação são:

- a. Telefone: (27) 3145-6606 e (27) 3145-6637
- b. WhatsApp: (27) 99982-5821
- c. E-mail: cnhsocial@detran.es.gov.br;
- d. E-docs: (Caixa CNH Social).

Art. 34º Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 16/03/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Vitória/ES, 13 de março de 2026.

GIVALDO VIEIRA DA SILVA

Diretor geral do Detran|ES

Protocolo 1747882